

# Empresários apóiam a negociação a longo prazo

por Milton Wells  
de Porto Alegre

O pensamento do presidente do Bank of America, Samuel Armacost, que defende um período mais longo para a renegociação da dívida brasileira, foi apoiado ontem em Porto Alegre pelos empresários Jorge Gerdau Johannpeter e Abílio Diniz. O presidente do grupo Gerdau disse que as declarações de Armacost "correspondem à realidade", explicando que deveriam ser cumpridas pelo menos duas etapas de renegociação para a dívida brasileira.

Numa primeira fase, o governo cuidaria de uma solução capaz de permitir a administração do fluxo de caixa com uma política de crescimento econômico. Na segunda etapa, seriam traçadas diretrizes de governo a governo, de modo a abrandar a trágica influência das taxas reais de juros internacionais sobre a dívida brasileira. "Se o governo brasileiro já fez a sua autocrítica quanto aos erros cometidos em matéria de investimentos, o mesmo deve ser feito pelos banqueiros internacionais em relação aos juros. Estamos pagando somente em juros mais de US\$ 6 bilhões em cima dos juros que a renegociação da dívida deve trabalhar."

Abílio Diniz, conforme relato da repórter Jane Filipon, disse em entrevista coletiva que o País precisa

voltar a crescer. "Pelo menos de 3 a 4% o Brasil precisa crescer anualmente para que seja possível obter uma recuperação da economia privada", afirmou. Para ele, o governo deveria definir um prazo de no mínimo cinco anos, incluindo a dívida global e os juros para que seja possível inverter a curva descendente de desemprego e aliviar a indústria privada.

## INFLAÇÃO

Jorge Gerdau Johannpeter disse que os atuais níveis inflacionários poderão vir a ceder a partir do segundo semestre deste ano, desde que a curva inflacionária entre numa situação de curva descendente. Para isso, segundo ele, o governo deve estar próximo da realidade, buscando caminhos sem os quais o índice anual será extremamente elevado. Gerdau propõe maior seletividade dos gastos governamentais, admitindo tratar-se de uma matéria complexa. Em sua opinião, é urgente definir prioridades, sendo importante ao governo optar por setores a serem estimulados e os postergados.

Otimista, ele projeta uma queda de até 6% nas taxas mensais para o segundo semestre, explicando que as novas metas do governo incluídas na nova carta de intenção junto ao Fundo Monetário Internacional "devem estar aproximando-se da realidade".